

QUANDO ELAS APARECEM

notas sobre mulheres na prisão, gênero e família

Natália Bouças do Lago^[1]

Doutoranda em Antropologia Social
Universidade de São Paulo



Introdução

Este texto se propõe a apresentar algumas elaborações, produzidas por mulheres em privação de liberdade, que fazem parte da negociação de posições e projetos que conectam os mundos de dentro e de fora da prisão. O gênero é um marcador central para compreender o posicionamento dessas mulheres ao estabelecer algumas expectativas e desempenhos específicos. O gênero ainda se combina à situação social dessas mulheres, marcada pela pobreza. As articulações entre o gênero e a classe são apresentadas diante dos discursos que as personagens produzem sobre *família* e sobre seus relacionamentos amorosos. Tais formulações ajudam a situá-las no mundo da prisão e a vincular a experiência do cárcere à vida na rua, tanto em relação ao período anterior à privação de liberdade como em relação às suas perspectivas de futuro.

No início da pesquisa de mestrado cujos desdobramentos estão aqui retomados, o interesse era conversar com as mulheres sobre tráfico de drogas para tentar entender os processos que permeavam a participação delas nesta que é, hoje, a acusação que mais leva mulheres à prisão. No entanto, elas queriam falar sobre outros assuntos: o dia-a-dia no cárcere, as fofocas e as brigas, o sofrimento, a solidão, as festas, os familiares. As questões que mobilizavam minhas interlocutoras eram distintas daquelas que me levaram a pesquisar a prisão. Claudia Fonseca (2007), ao comentar o pouco interesse das discussões sobre família entre os cientistas sociais nas últimas décadas, faz uma provocação que possibilitou rever as perspectivas iniciais desta pesquisa: “É como se o material sobre as relações familiares emergisse apesar dos analistas” (p.9). Enfrentando a provocação segui, então, as pistas que as mulheres deixavam para tentar entender os porquês de acionarem noções de família para conversarem sobre a vida na prisão.

As mulheres com quem convivi atribuem valor às suas famílias e constroem noções a esse respeito que dialogam como argumento ou como contra-argumento com outras concepções de família presentes no cárcere – que saem da boca de colegas encarceradas, de agentes prisionais, de organizações não governamentais presentes na prisão, do sistema de justiça. Família é, portanto, uma “categoria nativa” que ajuda a elaborar significados para as

experiências dessas mulheres com a prisão. Vale deixar claro, aqui, que “família” serve para falar de certos conteúdos relacionais que podem ou não ter a ver com vínculos sanguíneos. Se os vínculos que se estabelecem a partir da ideia de família são importantes, o foco é entender as formas pelas quais as interlocutoras da pesquisa pensam suas relações a partir dessa noção.

Prisões e porosidades

Os dados aqui mobilizados foram produzidos a partir de informações bastante fragmentadas coletadas ao longo de um ano e meio de pesquisa em uma penitenciária de mulheres^[2]. As conversas com as mulheres na prisão ocorreram em diferentes níveis: com algumas, convivi ao longo de muitas semanas; com outras, tive contatos mais pontuais. Acessei os processos e sentenças de algumas delas; de outras, tive acesso a bilhetes, cartas e fotografias que faziam parte das histórias que me contavam. Diante dos retalhos de informações que eu tinha a respeito dessas mulheres e da necessidade de resguardar suas identidades, a opção metodológica foi a de fazer a costura desses retalhos em personagens. As mulheres com quem tive um maior contato conduzem a narrativa e trazem as questões que são costuradas com as experiências de mulheres que também contribuíram para a pesquisa, ainda que em momentos de convivência mais limitados. Trago neste texto uma das personagens presentes na dissertação, Ana, para discutir as articulações entre gênero, classe e família que aparecem em sua elaboração sobre a vida dentro e fora da prisão.

É importante demarcar que a prisão tem porosidades que conectam os mundos intra e extra-muros. Os trabalhos de Manuela Ivone da Cunha (1994; 2003) sobre mulheres e prisão partem de um olhar que reconhece as conexões da prisão com o mundo exterior aos muros. Em sua perspectiva, a prisão não é verdadeiramente “totalizante” e o período de encarceramento não apaga os “campos de vida” estabelecidos fora do contexto prisional; ela seria um intervalo e uma parte da existência das pessoas presas sem as retirar completamente de suas vidas.

Podemos, a partir daí, entender que a privação de liberdade altera profundamente as formas pelas quais elas dão continuidade às relações

estabelecidas antes do encarceramento, mas o cárcere não as retira completamente dessas mesmas relações e promove outras, anteriormente inexistentes. O cotidiano na prisão requer a convivência com uma série de regras, explícitas, da própria prisão e daquilo que é pactuado entre as mulheres. Estar na prisão requer posicionar-se diante de dinâmicas que estabelecem distinções entre as mulheres e que são produzidas na convivência com outras mulheres presas, com as igrejas e organizações não governamentais, com o Primeiro Comando da Capital (PCC), que estabelece procedimentos e regulações para a vida dentro do cárcere, e com o Estado – que ganha corpo a partir da própria instituição prisional e também a partir do sistema de justiça. Com efeito, o Estado está presente ali, mantendo essas mulheres encarceradas, regrando suas vidas e o trânsito intra e extra-muros.

Retalhos de Ana: em família e nos amores

Ana foi condenada por tráfico em um processo que também envolveu sua irmã e seus respectivos companheiros. No início da decisão judicial que a condenou, Ana teve o nome completo seguido do seu “vulgo”: *periguetti*. Dos quatro acusados, ela é a única a quem é atribuído um “vulgo” que, por sua vez, costuma carregar em seu sentido uma moralidade diante do comportamento e da sexualidade de algumas mulheres – sobretudo aquelas identificadas como pertencentes às classes populares^[3]. Gênero e classe são articulados na elaboração de um termo que, se vem sendo ‘positivado’ em determinados espaços, ainda serve à demarcação de mulheres cujas ações são – social e judicialmente – condenáveis.

As conversas com Ana tinham como assunto principal a filha que ela teve na prisão e que agora não estava nem sob sua custódia nem sob os cuidados de sua família, que vive em uma cidade do interior do estado e se disponibilizou a receber a bebê. A criança, no entanto, foi levada do hospital com poucos dias de vida, enquanto era amamentada, por uma determinação judicial que concedeu a sua guarda a um casal que tinha interesse em adotá-la. Foi a última vez que Ana teve notícia da filha.

A mãe de Ana teve a custódia da neta negada. Na decisão do juiz negando a guarda da criança à avó, o magistrado questiona a capacidade da mãe de Ana

de cuidar da menina utilizando como argumento a noção de que ela não soube criar os próprios filhos, tendo em vista o envolvimento de alguns deles com atividades ilícitas. Percebe-se, na argumentação do juiz, que uma família “desestruturada” não tem condições de cuidar de crianças.

Ana e a irmã ainda se comunicavam com a Pastoral Carcerária não apenas por meio das visitas à penitenciária, mas também a partir de cartas. Em algumas, ela fazia atualizações a respeito do andamento do processo referente à filha e pedia orientações sobre os significados dos documentos e solicitações que recebia. Em outras, fazia uma retrospectiva do seu caso em relação à perda da guarda da bebê. Nas cartas, Ana reforçava o seu amor pela filha e dizia que tinha uma família que poderia cuidar da criança (aqui tomada como uma categoria de Ana que remete a seus pais e irmãos, mas, sobretudo, a seus pais).

Ana escrevia que *tinha família* como que para sublinhar o fato de que estar presa não a impedia de possuir laços com pessoas que estavam fora da prisão. E que essa família era digna e capaz de criar sua filha com “dignidade e ética”, ressaltando que eram “pessoas de bem” e “trabalhadoras”. O termo “digno” foi muitas vezes utilizado para se referir à conduta de seu pai e sua mãe e às suas capacidades para criar a neta. Se o termo *família* representa, na fala do juiz, uma construção ideológica (Collier, Rosaldo e Yanagisako, 1992) que estabelece parâmetros para definir o que essa família deveria ser, a mesma construção está presente nos momentos em que Ana faz referência à sua família, ainda que os dois usos e concepções expressem visões de mundo distintas. Quando Ana diz que *tem família* e que a família é *digna*, ela disputa a concepção do que seria uma família aceitável, capaz de cuidar de uma criança.

A narrativa construída para reforçar o amor que sentia pela filha era, por sua vez, permeada pelo sofrimento da distância da criança, pelo fato de não ter conseguido amamentá-la durante o período necessário e, sobretudo, por não ter notícia alguma sobre a menina. Em uma das cartas, Ana dizia que a criança foi registrada em seu nome e também em nome do pai. De certa forma, Ana remete a noções concebidas acerca do que seria o papel de uma mãe e do que seria uma “família estruturada”: reafirma o fato de que sua filha tem um pai que a reconhece legalmente e se utiliza de aspectos relacionados à maternidade – a amamentação, as saudades da criança, o amor incondicional – para reafirmar

que sua filha deveria estar com sua família, e não envolvida em um processo de adoção.

Ao falar sobre o curto tempo em que pôde amamentar a filha, Ana ainda levanta outros indícios. Amamentar é parte de um processo de tornar-se mãe e de estreitar os laços com a criança recém-nascida; o leite não somente alimenta, mas é “substância compartilhada” e cria relações duradouras (Carsten, 2004). A troca de substância e o cuidado com a filha, que Ana acabou por não vivenciar, são tão importantes na construção do parentesco como o casamento e a consanguinidade. A negação da amamentação e da convivência com a filha nesse período inicial foi, em última instância, a recusa de conceder à Ana a elaboração da sua maternidade.

Ana e seus amores

Tanto Ana quanto sua irmã foram presas com seus respectivos companheiros. Ana ainda mantinha contato com seu companheiro por meio de cartas, mas não sabia se queria manter o relacionamento com ele quando saísse da prisão. E enquanto ainda mantinha contato com seu antigo companheiro, Ana começou a se corresponder com outro homem, também preso, que ela não conhecia pessoalmente. O primeiro contato foi feito por meio de uma *pipa*^[4], um bilhete onde ele pedia o início de correspondência com alguém. Uma amiga repassou a Ana o pedido e desde então eles vinham conversando em uma troca intensa de correspondências.

A despeito da resistência dos laços com o antigo companheiro, Ana e o novo namorado estavam *noivos* – ele queria que fossem viver juntos depois que saíssem da prisão e ela dizia a ele que aceitaria, embora não parecesse estar certa disso. Em nossas conversas, comentava que não queria viver na cidade que ele propunha porque toda a família dele era envolvida com o *crime*, e não voltar a se envolver com práticas consideradas criminosas seria muito difícil. Ana dizia, meio em tom de deboche, que o melhor a fazer após a prisão seria encontrar um *velho* que pudesse sustentá-la. E contava histórias de que, antes da prisão, se aproveitava do interesse que alguns *velhos* tinham por ela – seja conseguindo presentes, seja praticando furtos. Mesmo em meio a piadas, Ana dizia que essa seria a melhor escolha para um relacionamento no período

posterior à prisão: um *velho* que pudesse sustentá-la e cuidar dela. Tal elaboração sugere que Ana tenta obter vantagens a partir da sua sensualidade – ou do interesse de *velhos* por ela. A referência a esta figura também apareceu no trabalho de Cláudia Fonseca (1996), no qual a autora identifica nos discursos de mulheres de classes populares a imagem do velho como sendo “um tipo de otário que nutre a ilusão de ser o único ou pelo menos privilegiado no que diz respeito aos afetos da mulher” (p. 24). Nesse sentido, o “velho” apresentaria uma forma de mobilidade social.

Considerações finais

Ana produz elaborações sobre família e sobre sua vida na prisão a partir da experiência com a maternidade e a separação de sua filha. Ainda, permite a discussão das possibilidades de atuação acionadas a partir da sexualidade. Os relacionamentos amorosos de Ana, desde o cárcere, fazem parte da sua elaboração da vida para além dos muros da prisão. No entanto, ao mesmo tempo, a sexualidade como estratégia de atuação é constrangida diante do “vulgo” de Ana, *periguéti*. O vulgo, acionado no âmbito do sistema de justiça, articula certo olhar que condensa gênero, sexualidade e classe, tendo em vista que faz referência a uma mulher, jovem, cuja sexualidade não é controlável. Por outro lado, a alusão de Ana à “família” a retira da chave da marginalização imposta pela prisão, pela perda da filha e pelo seu vulgo.

Tal como Ana, outras mulheres com quem conversei constituem, cada uma à sua maneira, noções de família que se contrapõem às noções do sistema de justiça, mas não deixam de dialogar com papéis e expectativas destinados às mulheres. Elas produzem concepções acerca de si e de seus relacionamentos que dão corpo à vivência na prisão e indicam aspirações para a vida fora dali. O gênero é central para compreender seus posicionamentos e movimentações na medida em que estabelece expectativas e desempenhos específicos aludidos pelas suas falas; elas dialogam com papéis de gênero já descritos em pesquisas realizadas com famílias de classes populares que remetem as mulheres aos lugares como os de mãe, esposa e trabalhadora / batalhadora (Durham, 2004 [1980]; Caldeira, 1984; Zaluar, 1985; Fonseca, 2000; Sarti, 2005).

Há, por fim, um desafio mais geral no trabalho aqui apresentado: falar sobre as mulheres em contextos em que, na maior parte das vezes, os homens vêm sendo o centro da questão. A proposta perseguida, aqui, é a de tentar olhar para as mulheres a partir do contexto do encarceramento, ainda pouco problematizado no campo dos estudos de gênero. Ao mesmo tempo busco empreender uma análise a partir dos debates colocados por esse campo de estudos de modo a refletir sobre algumas das estratégias de atuação empregadas por essas mulheres na tentativa de entender as formas pelas quais, no contexto da prisão, elas se movimentam.

Referências bibliográficas

CALDEIRA, Teresa P. R. 1984. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense.

CARSTEN, Janet. 2004. *After kinship*. New York: Cambridge University Press.

COLLIER, Jane; ROSALDO, Michelle; e YANAGISAKO, Sylvia. 1992. "Is there a family?" In: THORNE, Barrie e YALOM, Marilyn. *Rethinking the family*. Boston: Northeastern Univ Press.

CUNHA, Manuela Ivone. 1994. *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, 1994.

_____. 2003. *O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira*. Universidade do Minho, CCHS, IDEMEC. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5225>.

DURHAM, Eunice R. 2004 [1980] "A família operária: Consciência e ideologia". In: DURHAM, Eunice R. *A dinâmica da Cultura: ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

FONSECA, Claudia. 1996. "A dupla carreira da mulher prostituta". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 04(1).

_____. 2000. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Ufgrs.

_____. 2007. “Apresentação - De família, reprodução e parentesco: algumas considerações”. *Cadernos Pagu*, Campinas, 29: 9-35, julho-dezembro.

LAGO, Natália B. 2014. *Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PADOVANI, Natália C. 2010. “*Perpétuas espirais*”: *Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SARTI, Cinthya A. 2005. “A família como universo moral”. In: SARTI, Cinthya A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Editora Cortez.

ZALUAR, Alba. 1985. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

176

Natália Bouças do Lago

Doutoranda em Antropologia Social

Universidade de São Paulo

nalago@gmail.com

[1] A pesquisa de mestrado que dá origem a este trabalho foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

[2] A pesquisa foi realizada enquanto eu fazia visitas às prisões como voluntária da Pastoral Carcerária. Procuo fazer, em minha dissertação, uma problematização sobre essa espécie de “lugar duplo” de pesquisadora e voluntária em campo, e nos desdobramentos existentes a partir daí.

[3] Em Padovani (2010), uma das interlocutoras da pesquisa tinha em seu prontuário da prisão o vulgo “sapatão”, nunca utilizado para fazer autorreferência e carregado de julgamentos relacionados à sua sexualidade.

[4] *Pipas* são bilhetes que circulam na prisão e entre as prisões. O termo faz referência tanto aos bilhetes que circulam com informações dos processos judiciais quanto àqueles que possuem informações sobre mulheres e homens presos buscando *correspondentes*, pessoas com quem passam a trocar cartas.